

FGV já estuda efeitos da inflação para medir expurgos nos índices

A Fundação Getúlio Vargas deverá concluir na próxima semana um estudo sobre os efeitos da inflação corretiva e das acidentalidades nos índices de preços com o objetivo de dimensionar o nível adequado e mais próximo do real para o expurgo da correção monetária ou desindexação parcial. A informação foi prestada, ontem, à noite, pelo diretor do Instituto Brasileiro de Pesquisas, Julian Chacel, que explicou tratar-se apenas de um exercício de simulação capaz de instrumentalizar o IBRE no caso de uma futura decisão do governo neste sentido.

Chacel explicou que o assunto foi tratado durante encontro que manteve há dias com o ministro Delfim Netto, do Planejamento, e do qual participou o ex-ministro Octavio Gouveia de Bulhões, embora tenha frisado que a iniciativa é da própria fundação e não decorre de solicitação do governo. Disse que o cálculo do expurgo da inflação é variável no tempo, já que os efeitos da inflação corretiva são únicos e irreversíveis, enquanto os provocados por acidentes (como no caso das chuvas que afetaram a produção hortícola e que até agora não se recuperou) podem

ser repetitivos. "A FGV, concluiu, tem que estar preparada para essa eventualidade (adoção da desindexação parcial) caso a medida seja incluída em acordos com o Fundo Monetário Internacional", sobre o "pacote de medidas" Chacel disse:

"O conjunto segue no rumo da redução do déficit do setor público com a redução dos subsídios e com a antecipação de receitas. Sob este aspecto ele é positivo. O que não me agradou é a ausência de uma decisão favorável à desindexação parcial da economia. Ela é importante porque retira o elemento de rigidez do processo inflacionário, ou seja, sem ela não se produz o realinhamento dos preços relativos na economia. A grande dificuldade enfrentada pelo governo, aparentemente, decorreu da dicotomia entre os índices de reajustes salariais e dos ativos financeiros, quando tais índices deveriam ser simétricos. Ou seja, um é fundado no INPC e outro no IGP. A necessidade de se fazer concessões no plano político pode resultar em uma política tímida, com menores sacrifícios e potencial comprometimento dos resultados de todo o pacote".